

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- CACS FUNDEB 29/03/2023**

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e vinte e três, na Sala do Brasão da secretaria municipal de educação de Ubatuba, localizada na Rua Gastão Madeira, 101, ocorreu a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. A reunião ocorreu as quatorze e meia, com a sra. Inah Araujo, ex-presidente do CACS FUNDEB, cumprimentando aos presentes, e entregando ao sr. Augusto, atual presidente do conselho, os documentos referentes à eleição da atual formação do mesmo. Finalizando sua fala e se despedindo da reunião, o sr. Alan sugeriu que fosse inclusa na pauta da reunião a denúncia trazida pelo conselheiro Edevaldo no grupo de whatsapp do conselho, onde o mesmo indica que o eletricitista da secretaria municipal de educação-SME indicava risco de curto circuito nas instalações da escola Anchieta, caso muitos aparelhos sejam ligados ao mesmo tempo. O sr. Edevaldo apontou que não apenas a parte elétrica apresenta problemas, como outras partes da estrutura dessa escola, como pintura e telhado. O sr. Augusto disse ter tomado conhecimento da situação, e já havia notificado a secretária de educação sobre, recebendo retorno de que as devidas manutenções seriam realizadas com celeridade. Trouxe também uma parte da apostila do novo FUNDEB, que trata da atuação do conselho, para que fosse estudada. Mencionou também que no mês seguinte iria, junto com a sra. Maria do Carmo, presidente do conselho municipal de educação-CME, a um evento para presidentes dos conselhos vinculados a educação, mas que em breve haveriam também formações para todo e qualquer membro. Apresentou então o ofício resposta da secretaria, com as ações realizadas no tocante a manutenções recentes da escola Anchieta, que continha o link do processo no portal da transparência do município. O sr. Edevaldo disse que conversou com a sra. secretária de educação, que o havia informado que seria aberto processo para reparos e adequações na unidade. O sr. Augusto apontou que já existem diversas reformas ocorrendo, e que solicitaria via ofício o cronograma das mesmas, bem como das que estão sendo custeadas com recursos do FUNDEB. O sr. Edevaldo questionou sobre a formação de comissões de vistoria, ao que o sr. Alan disse que poderiam estar alternando entre as visitas, apontando que a recomendação da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação-UNCME, é que as visitas sejam feitas sempre com 2 ou mais conselheiros, e o sr. Augusto disse que conversaria com a sra. Maria do Carmo para que pudessem realizar as vistorias junto ao CME. Ele então prosseguiu fazendo a leitura da ata onde foi registrada a eleição de presidência do conselho, os documentos de indicações de cada seguimento e os registros de

votos online que cada membro recebeu nas eleições. Finalizando a leitura destes, solicitou que a sra. Maria do Carmo fizesse a leitura do trecho da apostila que tratava do funcionamento do conselho, bem como dos direitos e deveres do mesmo, e ela assim o fez. A sra. Ana Thereza apontou da necessidade de falar do novo piso do magistério, ao que o sr. Augusto concordou. Ele explicou que a prefeitura está fazendo um estudo sobre a defasagem entre o piso municipal e o federal, para chegar ao real impacto financeiro. O sr. Edevaldo questionou se a equiparação entre os pisos ocorreria de forma retroativa ou não, pois no segundo caso, este estudo poderia ser propositalmente demorado a fim de poupar recursos, ao que a sra. Maria do Carmo pontuou que este estudo é necessário, para não estourar o orçamento municipal. A sra. Mônica pontuou que o estudo deve ser feito municiosamente, para que não seja aprovada uma elevação salarial injusta para aqueles que hoje tem referência superior ao piso. Contou ainda que o instituto de previdência esteve na escola Altimira, e explicou de maneira bem completa a questão da remuneração e reajuste, e que houve certa polêmica entre os professores a questão da assiduidade. A sra. Ana Thereza disse que tomou conhecimento de uma lei que trata do assunto, e ficou decidido que buscariam essa lei, para com ela em mãos, discutir o assunto em reunião posterior. Após um breve lanche, o sr. Edevaldo questionou sobre o acesso as atas, ao que o sr. Augusto sugeriu que fosse feita uma "caixinha" no expediente da SME, dizendo que verificaria a possibilidade. A sra. Maria do Carmo havia no meio tempo efetuado uma busca, e encontrou a Lei 4.541/2023, que entre outras coisas, tratava da carência de 5 anos para que o servidor possa incorporar valores e recebê-los na aposentadoria. A sra. Rosangela explicou que a previdência só pode pagar aquilo que ela recebeu, pois no passado muitos se aproveitaram do quão permissiva a lei de incorporação era, beneficiando a muitos por poucos meses de serviços prestados e contribuições no seu período "ativo". A sra. Lucia Helena apontou então, na apostila trazida pelo sr. Augusto, a um trecho que tratava do SIOPE-MAVS, onde o presidente do conselho deve emitir um parecer quanto as contas registradas no mesmo pela secretaria de educação a cada bimestre, e que o presidente do conselho tem 30 dias para fazer a validação com seu parecer, cabendo a responsabilização do conselho caso não venha a fazê-lo. O sr. Augusto disse que chegou a oficializar a secretaria sobre o acesso ao sistema, ao que recebeu a devolutiva de que seu cadastro não estava disponível, devido ao não cadastro do conselho no SISCACS, novo sistema do FNDE para cadastro dos CACS municipais, que tem apresentado inconsistências, e cuja autarquia isentou excepcionalmente os conselhos de fazerem essa validação do sexto bimestre do ano de 2022, e do primeiro de 2023, até que esses problemas sejam resolvidos. A sra. Luciana Helena explicou então que fez este alerta para que haja atenção de todos quanto a este prazo a cada bimestre e quanto aos registros

efetuados pela secretaria, para que nem o conselho nem a municipalidade venham a ser prejudicados, e que também fez a leitura disso para que ela mesma fixe a informação. Após a conclusão deste assunto, não havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata.

Alan Rodrigo L. de Camargo  
Cumpr

*[Signature]*

*[Signature]*